

Após mobilização forte e ação de deputados de oposição, votação da PEC da Previdência é adiada para 3/3

Entidades convocam grande ato!

A noite de quarta-feira, 19 de fevereiro de 2020, foi intensa na Assembleia Legislativa de SP (Alesp). A galeria do plenário JK foi tomada por servidores públicos para acompanhar o que deveria ser a votação em segundo turno da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 18, um dos instrumentos da reforma da Previdência encaminhada pelo governo Doria àquela casa.

Os debates foram intensos e as provocações por parte da bancada governista, já registradas na noite anterior, quando a matéria foi aprovada em primeiro turno, repetiram-se. Os parlamentares de oposição fizeram longas e duras falas às manobras na tramitação e ao conteúdo das propostas. Já passava da meia-noite quando o líder do governo na Alesp, deputado Carlão Pignatari (PSDB), anunciou aos líderes de todos os partidos a disposição em adiar a votação para o dia 3/3/2020.

A avaliação das entidades representativas do funcionalismo – entre elas, **Adunesp** e **Sintunesp** – é que o governo não tinha segurança de alcançar os 57 votos necessários (3/5 do total de 94 deputados). Na votação em primeiro turno, o resultado foi apertado, registrando 57 votos pela aprovação da PEC e 31 contrários.

Com isso, já está sendo convocado um grande ato do funcionalismo no dia 3 de março, às 14h! É muito importante que os servidores docentes e técnico-administrativos da Unesp comecem a se organizar para participar. Em breve, o **Fórum das Seis** vai divulgar boletim com mais orientações sobre isso.

Votação apressada

Após derrubadas as liminares que mantinham em suspenso a tramitação da reforma da Previdência em São Paulo, a base governista na Assembleia Legislativa (Alesp) foi rapidíssima e colocou a PEC 18/2020 em primeiro turno de votação na terça, 18/2.

Após aprovada a PEC em dois turnos, entrará em debate e



votação o outro instrumento da reforma, o Projeto de Lei Complementar (PLC) 80/2019.

O saco de maldades de Doria engloba o aumento da alíquota de 11% para 14% (confisco salarial), aumenta a idade mínima para aposentadoria, muda a fórmula de cálculo, limita o acúmulo de benefícios, muda as regras da pensão por morte, entre outros ataques.

Trata-se de mais uma etapa do processo nacional e estadual de desmonte do serviço público e das carreiras do funcionalismo, um grave ataque à ampla maioria da sociedade que depende da educação, saúde, segurança e outros fornecidos pelo estado. Nossa reação é decisiva neste momento.

Pressão nos deputados

Com este novo prazo, temos que ampliar a pressão sobre as deputadas e os deputados estaduais. Estamos em ano eleitoral e muitos deles são candidatos à prefeitura ou, então, estão diretamente envolvidos na eleição. Vamos enviar *e-mails* cobrando que votem a favor dos direitos dos servidores públicos, contra a reforma do governador Doria.

Destaque para os deputados Mauro Bragato (PSDB) e Fernando Cury (Cidadania), ambos com ligação à Unesp, este último presidente da Frente em Defesa da Unesp, que votaram CONTRA o funcionalismo no primeiro turno de votação da PEC 18. Escreva para eles (mbragato@al.sp.gov.br e fernandocury@al.sp.gov.br) e a todos os demais. A lista completa de endereços está no [link](#)

<https://www.al.sp.gov.br/deputado/contato/>

